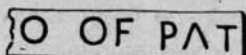


Ha outras inscripções de Cárquere, em lápides de fórmās semelhantes ás d'estas, no Museu de Guimarães e no Ethnologico.

Algumas lápides que aqui publico tem caracteres communs, que são os ornatos lateraes; outras tem em commum os nichos; outras a figura humana. Muitos nomes são barbaros, como *Toceta*, *Sunua*, *Casabus*; outros são verdadeiramente romanos, como *Aurelius*, *Rufus*, *Saturninus*, *Clemens*. Havia pois alli, o que nada tem estranho, um elemento indigena romanizado; mas a civilização era bastante simplez, como se vê da rudeza dos tumulos, da dos ornatos e da das letras.

Outros elementos que conheço da civilização lusitano-romana de Cárquere são: pesos de barro, fragmentos de louças, fibulas, moedas dos sec. II e IV (pelo menos). Num dos fragmentos de louça (barro chamado Saguntino) lê-se dentro de um circulo de 0^m,015 de raio a seguinte marca figulina:



Como a marca está por dentro da vasilha, esta deve ter sido um prato ou taça.

*

Manoel Negrão era incansavel em colleccionar objectos archeologicos, tendo chegado a reunir monumentos curiosos, como esses que ahi ficam, e outros que ainda terei occasião de descrever n-*O Archeologo*; com o que prestou á sciencia bom serviço. Elle tencionava edificar na sua formosa quinta de Mosteirô uma pequena casa destinada exclusivamente a elles; a morte todavia não o deixou realizar este intento.

J. L. DE V.

Do Areeiro á Mouraria

(Topographia historica de Lisboa)

Introducção

Segundo Damião de Goes, o negocio da expulsão dos judeus e dos mouros «foi declarado & publicado, estando el Rei ainda em Muja no mes de Dezêbro de m. cccc. xc vj (1496), em hũa pregação que se

sobre isso fez»¹. Não possuímos o texto da lei, mas encontramos-a despojada do protocollo e reduzida ás partes essenciaes no 2.º Livro, Título 41, das *Ordenações Manuelinas*², em que se diz o seguinte: «que se saia por todo o mes de outubro de 1497». Não chegou, portanto, a decorrer um anno entre a *pregaçam* e a saída effectiva dos não-catholicos. Neste mesmo mês e anno³ desposou o rei D. Manoel a princesa D. Isabel, filha dos Reis Catholicos. Desejava o antigo duque de Beja casar com a filha mais velha dos reis seus vizinhos, para assim poder reunir toda a peninsula num só sceptro; mas a juvenil viuva, tomando a peito supersticiosamente a perseguição que por interesse politico seus paes tinham encetado contra os individuos de differente religião, oppunha-se a passar de novo a fronteira e entrar no país onde já perdêra um esposo, julgando que o desastre a que succumbira o principe D. João fôra castigo celeste pela protecção que D. João II dispensára aos fugitivos de Castella. Certamente que o pensamento da princesa não era de ordem muito elevada, nem o sceptico D. Manoel perflharia completamente as ideias da sua futura esposa, mas o sacrificio a fazer era pequeno—se é que o havia. Eis as ideias da princesa enunciadas nas instrucções secretas dos reis catholicos a um seu enviado á côrte de D. Manoel, datadas de 21 de Junho de 1497.

«Y que esperança se havia de tener que dios ayudasse al Rey y a ella y pusiesse su mano e su gracia en las casas dellos si el Rey no púiesse delante el negocio de dios echando los hereges de su Reyno, pues que sta claro quanto es dios offendido em tenellos y que cree que lo acahecido en el principe que dios haya fue por esto, y teme que si agora no se remediase podria acahecer en el Rey y en ella y en el Reyno toda desaventura, etc.»⁴.

Ha 400 annos que as communas mouriscas deixaram de existir em Portugal, e ainda hoje poucos ou nenhuns trabalhos possuímos que as estudem na sua organização interna e na influencia que exerceram na população christã; e da mesma forma são contadas entre nós as pessoas que conheçam a lingua (simplesmente religiosa nas mourarias), apesar de que a contiguidade do estado marroquino, quanto mais não seja, pelo lado pratico do commercio, exige conhecimento mais generalizado do arabe do que o até agora existente.

¹ *Chronica do Felicissimo Rei D. Emanuel* (1566), parte 1.ª, fl. 14.

² Edição de 1521, fl. 61.

³ D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. Gen.*, tom. III, pag. 221.

⁴ *Annotações historicas*, de Luciano Cordeiro, no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, tom. VI, 679.

Em todas as povoações importantes da Estremadura, para o sul de Santarem, e em todo o Alemtejo e Algarve, havia gremios mouriscos, denominados «communas», organizados com alguma semelhança, mas em ponto reduzido, dos concelhos christãos. Ignoramos ao certo, mas é crível que, ao terminar o seculo xv, a communa dos mouros mais importante, senão no número dos seus habitantes pelo menos na sua influencia e educação, fosse a de Lisboa.

Os terrenos em volta de Lisboa, aproximadamente desde Oeiras até muito para além de Sacavem, constituíam possessões reaes debaixo do nome de reguengos; alguns mesmo tinham o nome de condados¹, como Barcarena (Berquerena) e Alverca. Nestas regiões encontravam-se também espalhados mouros agricultores que se tinham subordinado aos homens de Portucale e de Conimbra e seus descendentes, e que continuavam vivendo ao lado dos christãos indigenas em boa paz. Quem pretender levantar o cadastro de propriedades pertencentes e habitadas por mouros em todo o circuito de Lisboa facilmente o poderá organizar em frente dos documentos ainda existentes. Como exemplos de propriedades possuidas pelos mouros podem-se citar: uma vinha situada em Alvalade o Pequeno (Campo-Pequeno) á *Area Gorda* em 1398, conforme diz o Livro dos Dourados de Alcobaça, fls. 220 e 221; e «hũa torre cõ sua loia e com hũ çarrado de bjnhã cõ suas olyueiras e aruores que sam no termo da dita cidade aa fonte do Louro²» em 1433, apontado no Livro 84 do mosteiro de S. Vicente, fl. 256 v.

Entre os planaltos do Campo-Grande e do Alto-do-Pina começa uma depressão que vem terminar no Rocio de Lisboa. O sr. Choffat, no *Passeio geologico de Lisboa a Leiria*³, refere-se nos seguintes termos ao planalto do Campo-Grande, outrora conhecido pelo nome arabe de Alvalade: «Este Planalto terciario apresenta formas pouco accentuadas, depressões de declives suaves que não occasionaram grande accumulção de humus no seu fundo, de sorte que a cultura estende-se uniformemente sobre toda a sua superficie. As vinhas, os cereaes, as arvores fructíferas dão-se optimamente neste torrão solto argilo-calcareo». No alto d'uma d'estas depressões, no estreito collo que liga os referidos planaltos do Campo-Grande e do Alto-do-Pina, fica situada a povoação do Areeiro, sobranceira também ao valle de Chellas.

¹ Em muitos sitios cobravam-se os direitos do condado.

² No valle de Chellas. Um documento em latim de 27 de Outubro de 1284 da caixa 86 da *Collecção especial* (Torre do Tombo) traduz *Fons Lauri*.

³ *Revista de Educação e Ensino*, vi, 305.

A palavra *areeiro* significa «local onde se explora areia». Em todos os montes, a começar no do Castello de Lisboa, se tentou por vezes extrahir areia das suas encostas, e de todos elles foram repellidos os indivíduos exploradores d'esse material por comprometterem a solidez das edificações existentes no cume d'elles. No *Livro da Fazenda do Convento de N. S. da Penha de França, extra-muros da cidade de Lisboa da Ordem do G. P. S. Agostinho*, anno 1780¹, diz-se o seguinte: «Porem para que o Convento não venha pelo tempo adiante experimentar alguma ruina se se minar o monte, em que está edificado da parte de Arroios, tirando-se arêa se deue attender, que ainda que os arieiros sejam fora do novo Oliual, se não deuem consentir pelo prejuizo que pode rezultar; e então uzando dos meios de Justiça, como já se fez no anno de 1726 em que pondo-se hũa acção pela correição do ciuel contra Antonio de Mendonça Arrais se alcançou sentença e sobre sentença que estão no Liuro 1.º, massó 5, n.º 12, podendo-se com este exemplo embaraçar o minar-se o monte, ou tambem recorrendo-se ao senado da Camara pelo prejuizo que pode rezultar tãobem ao caminho, que mandara fazer no Caracol no anno de 1746 por resolução de S. Magestade que consta da certidão que está no Livro 7, massó 5.º, n.º 13». A estas localidades dos arredores de Lisboa acontece, como o sr. Choffat diz, que «a agua da chuva penetrando na areia é ali retida pelas bancadas de argilla que ella segue subterraneamente, até que um corte natural ou artificial lhe permite brotar á superficie do solo»; ou como aquelle erudito diz ainda mais incisivamente: «Este massiço argilo-arenoso póde considerar-se como uma enorme esponja; d'ella proveem as aguas que appareceram na bocca sul do tunnel do Rocio, e á sua presença é que a parte oriental de Lisboa e arredores deve o ser tão rica de aguas».

Era neste valle, que nasce no Areeiro e termina no Rocio, que se ia espriaiar a Mouraria, collocada em amphitheatro nas encostas dos montes do Castello, Graça e Senhora do Monte.

A abundancia de agua permittia o grande aproveitamento de todo este terreno da parte oriental de Lisboa na cultura intensiva das hortas: as almoinhas da Mouraria, do Rocio (Praças de D. Pedro e da Figueira) e de Xabregas, humedecidas com a agua extrahida por innumeraveis noras, poços e chafarizes, eram antigamente as fornecedoras das hortaliças consumidas pela cidade de Lisboa. O termo arabe de *almoinha* foi usado ao lado do de *horta* todo o tempo que os mouros se conser-

¹ Archivo Nacional.—Remessa dos Proprios Nacionaes, n.º 295, fl. 5 v.

varam; com a sua expulsão desapareceu a denominação que ainda permanece nalguns nomes de logares do sul de Portugal. As almoinhas desciam ainda em 1461 até o sítio da *Praça da Palha*¹ (Travessa da Palha), intra-muros de Lisboa.

Toda a região ainda hoje denominada a *Baixa* era em tempos passados extremamente alagadiça, não só em resultado da invasão das aguas das marés, mas também em consequencia da passagem das torrentes que vinham das encostas e dos valles da Avenida (Valle-de-Pereiro e Picoas) e do Areiro. Os chronistas de S. Domingos falam-nos de vestigios, no seu entender evidentes, que provavam a existencia, em tempos remotos, de um caes com argolas de bronze no local onde foi fundado o mosteiro², e ainda mais no achado, por occasião de excavações, de montes de cascas de mariscos, o que na verdade foi demonstrado indubitavelmente por descobrimentos modernos no Rocio, como diz o sr. Choffat³: «As antigas alluviões d'este rio só mostram a ostra franceza, *Ostrea edulis*, que é a que se encontra nas estações prehistoricas, tanto nos Kjökkenmødings de Muge, como nas estações neolithicas. Os caboucos das fontes monumentaes do Rocio mostraram também uma quantidade enorme de *Ostrea edulis* misturada com aterros contendo vestigios arabes». Portanto a baía de Ulixbona entrava em tempos remotos pelas modernas praças do Rocio e da Praça-da-Figueira. Talvez até um dia se venham encontrar aqui alguns monturos dos homens prehistoricos.

Emquanto D. Fernando não mandou construir a muralha, as aguas torrencias precipitavam-se no estuario do Tejo livremente, mas outra cousa succedeu depois que ella cercou Lisboa. Em 1383, dez annos depois da construcção das fortificações, aconteceu o que Fernão Lopes narra com as seguintes palavras:

«Reprezarão (as aguas da chuva) no muro, em tanta multidão, ca ainda pela porta de S. Vicête daua agoa pela metade do postigo, & derribou casas das que erão mais acerca, & derribou a parede ou cerca do Moesteiro de S. Domingos, & entrou dentro em altura de quatro couados & meyo, & alagou as cellas dos frades que erão então terreas, & hũa nobre liuraria, em que danou muitos, & muy bõs liuros & sahia tão tesa pela porta da Igreja, que derribaua o muro do alpêdre, hu pregão & todo o rocio era hũ grande mar & alagãdo muitas casas ao

¹ Archivo Nacional.—Livro v da *Extremadura*, fl. 151 v.

² Sr. Castilho, *Lisboa Antiga*, II, 198.

³ *Revista de educação e ensino*, VII, 339.

derredor delle, & nadaão os toneis do uinho na rua das esteiras, e pela rua noua, & nadou hũa galé nas tercenas, e outras muytas que pareciaõ impossuiel de crer»¹.

A acreditar os nossos antigos, o mar ainda chegava em tempos proximos muito mais ao interior de Lisboa do que é razoavel; se lhes dessemos fé inteira, o sitio onde hoje se ergue o arco do Marquês de Alegrete, em substituição da porta de S. Vicente, era cavado tão profundamente que o corpo de S. Vicente pôde no tempo de D. Affonso Henriques alli mesmo desembarcar de bordo da barca que o trouxera do Cabo do seu nome. Tal facto era, porém, irrealizavel nesta epocha.

Vejamos agora os nomes de alguns sitios proximos do valle do Areeiro, que foram encontrados no decurso das presentes investigações, os quaes poderão servir de ponto de partida para ulteriores trabalhos.

Almargema e Alporche.—«Alporche onde chamã a almãjama»; em 1417². «Olual em Val escuro chamado Almagem»; em 1401³. Em 6 de Junho de 1371 (Caixa 94 da *Collecção Especial*): «acima do mosteiro de Santa Clara em logo que chamam a almargema». *Alporche* corresponde á Penha-de-França. *Almargema* parece deturpação de *Almargem*. Não se encontra hoje.

Area Gorda.—1398. Ficava proxima de Alvalade Pequeno ou Campo-Pequeno⁴. «Oulival que esta ao chafaris daroios aonde chamão as areas gordas...»; 1596⁵.

Lagares del Rey.—De 1440 ha no livro 8.º da Estremadura, fl. 214 e no 1.º, fl. 20 (chamados de *Leitura Nova*) uma doação de Gonçalo Pereira a Rui Vaz Pereira, seu filho, das «uinhas e lagares del Rei que elle tem e ha no termo da nossa cidade acerca do lugar que chamam aRoyos que sam chamados lagares del Rey». Pertence hoje aos Condes de Almada e perdeu o seu primitivo nome.

Picoa e Palhacana.—«Picoa termo da dita cidade assy como parte cõ binha de palhacana» em 1549⁶.

¹ *Chronica* de D. João I, parte 1.ª, pag. 344 (Ed. de 1644).

² Mosteiro da Graça, maço 14, pacote 8.

³ No Tombo 2.º da Graça, de 1770, fl. 56 v.

⁴ Livro dos Dourados de Alcobaça, fl. 220.

⁵ Collegiada de S. Julião, n.º 11.

⁶ Livro 84.º de S. Vicente, fl. 329.

Num documento em latim, do anno de 1255, existente num cartorio particular encontra-se a fôrma *Picona*, assim como *Lecena* (Liceia).

É chamado este sítio hoje As Picoas, e por elle atravessa uma avenida denominada Ressano Garcia, nome de um ex-ministro e empregado municipal. Palhacana, que tambem se conserva, era appellido de uma antiga familia de Lisboa.

Valle de Cavallinhos.—Ficava proximo de Alporche, nas suas encostas. Gil Vicente diz o seguinte no *Auto das Fadas*: «Cavalgo no meu cabrão—e vou a val de Cavallinhos». D. Francisco Manoel de Mello, na *Feira dos Anexins*, diz tambem o seguinte: «Sempre está no cavallinho da alegria, mas vigie-se dos cavallinhos fuscros. Onde enterra o senhor os que mata? Entre as unhas em valle de cavallinhos»¹. Era effectivamente aqui o cemiterio dos cavallos, como tem demonstrado as escavações feitas recentemente.

Valle Escuro.—«Oliual em Val escuro limite do posso dos mouros»; em 1770². Fica entre os montes da Penha-de-França e do Alto-do-Pina, proximo do Poço-dos-Mouros. Tambem já fica mencionado atrás.

Val-de-Pereiro.—«Amdaluços onde chamam ual de pereira»; em 1432³ e tambem em 1455⁴. Val-de-Pereiro e Andaluz.

É grande a quantidade de nomes de mouros que encontra quem consulta os documentos portuguezes até o fim do seculo xv, apesar de que não ha estudo nenhum sobre este assunto, que nos pôde, á falta de melhor, dar bastante luz sobre o viver d'aquella raça isolada entre o povo christão; por este motivo vae a baixo reunida uma serie de nomes em que se pôde ver o grau de mistura d'elles. Os nomes proprios são arabes, e os appellidos ou alcunhas, muitos d'elles, romanicos. Para o fim em vista não é necessario citar datas nem documentos.

NOMES DE HOMENS

Adeela, capellão.

Adela Alecay.

Adella Cabeça.

Adella Carote.

Adella Coteli.

Adella Çuleyma.

Adella Seuyilhaão.

Albacar.

Albregoza.

Alcobacil.

¹ Apud Theophilo Braga, *O Povo Portuguez*, I, 165.

² Tombo 2.º da Graça, fl. 56 v. .

³ Livro 84.º de S. Vicente, fl. 176.

⁴ Id., fl. 102.

Alcobacil baraceiro.	Bafome (<i>sic</i>) Ferreiro.
Alfangue.	Brafome Gago.
Algaiafe.	Brafame (<i>sic</i>) Ribolo.
Algamim.	Brafome Talaba.
Algarauim.	Brafume (<i>sic</i>) Zagueto.
Alle Agudo.	Caçome de Alvega.
Ale Alicante.	Caçome Delgado.
Alle Almançor.	Çame Delgado.
Alle Azeyte.	Cayde.
Ale Azulejo.	Chaque Mino.
Ale Bacar.	Çoleyma Alycante.
Alle Bicudo.	Çoleyma, ferreiro.
Alle de Collares.	Cõembrãao.
Alle Pequeno.	Eixute Note Decabudo.
Almançor.	Ermede Caxiz.
Amel.	Farras, tabelliam.
Azmede Ali.	Focem.
Azmede Almaniar.	Homar Caualleiro.
Azamede (<i>sic</i>) Aramguoes.	Iça Troqualeite.
Admede (<i>sic</i>) Baforme.	Jufiz Alagafife.
Azmede de Beja.	Labar ¹ o Gordo.
Azmede Bocarem.	Locae.
Azmede Cabeças.	Maçoude Xouxel.
Azmede Caçijs.	Mafariche.
Azmede Çafieiro, oleiro.	Mafamede Agudo.
Azmede Capellam.	Mafamede Alfacar.
Azmede Custas.	Maffamede Daus (de Avis), alcaide.
Azmede Mexixo.	Mafamede, esparteiro.
Balmequer.	Mafamede Çafyeiro.
Barrazaque.	Mafamede Choconhuñ.
Belfadar.	Mafamede Furtado.
Berazoar.	Mafamede Lampeda.
Bizbilino.	Mafamede Laparo.
Bonombre.	Mafamede Pintado.
Borgaça.	Mafamede Salsa.
Brafome de Alcaçar.	Mafamede de Santarem.
Brafome de Alemquer.	Mafamede Sobrinho, oleyro.
Brafome Cordeyro.	Maffomedo Algaffate.

¹ Existe em *Monte-Lavar*.

Mafofede (*sic*) Branteiro.

Mafomede Ferreiro.

Mafomede Perdiz.

Mafomede Roballo.

Mafomede Siuilham.

Omar Merendano.

Pilym.

Pombaees.

NOMES DE MULHERES

Aixa.

Alema.

Aziza.

Capba.

Eixa de Camarat.

Fatema Capelloa.

Fatez (Fates ou Fatees).

Luza.

Maçouda.

Mariaema.

Moreima Babadia.

Zoaira.

Foram consultados para tudo o aqui referido, alem dos livros das Chancellarias reaes, principalmente nas suas copias da *Leitura Nova*, os seguintes cartorios de conventos tambem existentes no Archivo Nacional: Alcobaga, Graça, Jesuitas, Penha-de-França, S. Domingos, S. Vicente, Santos, etc. Dos livros impressos, os indispensaveis e preciosos trabalhos do Visconde de Castilho, *Lisboa Antiga*, e de Freire de Oliveira, *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*.

Um estudo d'esta qualidade necessitava ser acompanhado de plantas mais minuciosas do que a aqui junta, mas a falta de competencia inhibiu-me de o fazer. Outros mais autorizados o emprenhenderão. Refiro-me ao meu bom amigo Vieira da Silva, já conhecido pelas suas bellas monographias das muralhas antigas de Lisboa, a quem alem das uteis indicações do Tombo da cidade, existente no Archivo da Camara Municipal, deve o presente trabalho um pouco do cunho de precisão que o seu autor lhe não poudo imprimir.

Como é facil de prever, de fôrma nenhuma ficaram exgotadas as materias de cada um dos assuntos tratados. O que se tem em vista neste trabalho principalmente é dar ideia, geral e documentada ao mesmo tempo, da Mouraria de Lisboa, como ella era no tempo em que os mouros a habitavam. Cada um dos assuntos é susceptivel de maior desenvolvimento, o que poderá ser conseguido noutras monographias.

Quando um dia despertar em Portugal, não o gosto, mas a necessidade de estudar a historia de todas as manifestações da actividade humana na fracção portugueza, será já bastante tarde para conservar muitos monumentos do passado, que estão sendo aos nossos olhos destruidos irremediavelmente.

I

O Valle do Areeiro

O valle formado na sua parte inferior ou intra-muros de Lisboa pelos montes de Sant'Anna (do nome do convento fundado no sec. XVI) de um lado, e do outro pelos montes do Castello, Graça, Senhora do Monte e Penha de França, é dotado profusamente da agua que lhe desce em parte torrencialmente do Areeiro, situado sobranceiramente tambem ao valle de Chellas, e em parte é extrahida do solo por meio de poços e chafarizes. A pequena torrente invernal, correndo no fundo do valle, ou thalweg, no leito que ainda hoje se reconhece, ia entrar em tempos remotos na Baixa, valle formado pelos montes do Castello e de S. Roque, onde se encontrariam, provavelmente, as suas aguas com as vindas de Andaluz através de Valverde. O local preciso em que se encontravam, se por acaso assim succedia, não é possível defini-lo hoje, nem mesmo o sítio em que a corrente ou correntes se precipitavam no Tejo, ou melhor na bahia formada por elle. O cruzado inglês Osberno (*Port. Mon. Hist., Scrip.*, pag. 399) dizia na carta em que descreve a conquista de Lisboa aos mouros em 1147 que estes tinham as suas covas ou celledores subterraneos *in proclivo montis* porque *infra vallem aquarum copia fossas fieri prohibebant*. Ainda hoje nalguns sitios bastante afastados da ribeira as infiltrações aquaticas não permittem fazer as construcções nas condições ordinarias.

O Rego ou Regueirão

Era este o nome que tinha a corrente que passava por Arroios e ia terminar no Tejo. É a sua traducção latina, *arrugius*, que aquelle local deve a denominação. Num documento que parece da epoca de D. Afonso II encontram-se as seguintes menções: «in Arrujos aliam vineam» e «Arroios»¹. A citação mais antiga é de Janeiro de 1181: «uinea... in territorio Ulixbone in loco quod dicitur arroios». Depois em Abril de 1184: «uinea... in termino Ulixbone in loco predicto ubi uocitant fonte de arroios». Ambos os documentos estão na caixa 80 da *Collecção Especial* (Torre do Tombo).

¹ Memoria para a Historia das Inquirições... pelos discipulos da aula de Diplomatica, 1815, fl. 9, parte II.

Por ordem chronologica vão as seguintes notas em que entra o nome do rego:

1420. «azinhagaa do Rego por onde corre a agua real». (*Santos*, n.º 662).

1429. «Azinhagaa per hu corre agua». (Livro 84 de *S. Vicente*, fl. 424 v).

1435. «Rego pubrico per hu corre a agua que vem darroyos». (*Id.*, fl. 204 v).

1440. «Rego que vem de Santa baruora». (*Santos*, n.º 638).

1452. «fomte daRoyos». (Livro 84 de *S. Vicente*, fl. 54).

1489. «Rego que vem darroios». (*Santos*, n.º 592).

1498. «chafariz daRoios».

1503. «regio que vem de sam Jurdam». (*Santos*, n.º 603).

1510. «azinhaga que vay per antre as ortas». (*Id.*, n.º 671).

1516. «reguo que vay pera os canos». (*Id.*, n.ºs 622 e 1779).

1542. «regio dagnoa que vay per de trás, amtre as hortas de sam Lazaro». (*Id.*, n.º 617).

1555. «Rego dagoa que vem do chafariz darroyos para a dita cidade». (*Id.*, n.º 1783).

D'estas citações se vê que as aguas vindas de Arroios ainda recebiam as do campo de Santa Barbara e valle de S. Jordão (Charca). No percurso que eu saiba havia duas pontes:

1562. «Projecto de construcção d'uma ponte «antre a porta de são uicente da mouraria e o postigo que se abrio ao jogo da pella». (*Elementos*, I, 567).

1581. «pomte de sam lazaro dentro do bequo de Barbaleda». (*Santos*, n.º 1795).

1586. «pomte de sam lazaro onde se chama o curralinho». (*Jesuitas*, maço 2, pac. 7).

Proximo de Santa Justa havia tambem uma ponte como diz um documento do tempo de D. João I.

As construcções e a falta de cuidado fizeram com que no decorrer dos annos as aguas estagnassem e se corrompessem, occasionando por tal motivo doencas. No documento de 1562 da Camara Municipal de Lisboa, apontado a cima, justifica-se a construcção da ponte no terreno que ficava da parte de fóra das muralhas por ser um sitio «onde se fazẽ grandes atoleyros». Um outro documento da mesma Camara (*Elementos*, IX, 400), datado de 1695, concede um terreno ao Desembargador Ignacio Lopes de Moura para construir a ermida de Santa Barbara (aliás reconstrucção, cfr. Castilho, VII, fl. 57) com o preceito de «que tape as covas e alvercas que prejudicam a saude dos mora-

dores da rua direita dos Anjos». Ha aqui referencia aos terrenos baixos da actual *Charca*¹.

A primeira vez que se devia pensar em regularizar o curso do rego foi provavelmente por occasião da construcção da muralha em 1373-1375; e só dentro da cidade. As citações mais antigas da rua dos Canos, que actualmente conheço, são as seguintes:

1424. «canos da porta de sam Bicente». (Livro 84 de *S. Vicentê*, fl. 377 v).

1466. «canos da porta de sam Vicente». (Livro 20 de *S. Domingos*, perg. 21).

1466. «canos do muro des contra a porta de Sam Vicente». (*Id.*, perg. 4).

1479. «canos per u correm as augas choudiças e em fundo parte cõ adro do dito moesteiro». (*Id.*, perg. 6).

1514. «azinhagua que vem do poço de Sã Lazaro e vay ter os canos de sam Domingos». (*Santos*, n.º 593).

1516. «Rego que vay pera os canos». (*Id.*, n.º 622).

1611. «rua dos Canos de tras da Ermida de N. S.^{ra} da Escada». (Livro 20 de *S. Domingos*, doc. 43).

Não sabemos como atravessavam primitivamente as aguas do rego a muralha e entravam nos canos, mas não devia ser de modo muito diverso do que acontecia em 1625 (*Elementos*, III, 166), epoca em que se tratava de a reparar neste ponto, com receio do inimigo, da fórma seguinte: «Pôr hũa grade de ferro groça no cano real da banda de dentro do muro, defronte da rua dos Canos». Neste mesmo documento diz-se: «..... nas casas adiante, em que vive Dona Guiomar Manoel, e no pateo destas casas levantar as paredes te a altura da parede do canno, e tapar as portas e janellas deste pateo». Como atrás já fica mencionado em 1562 projectou-se neste ponto a construcção de uma ponte; a necessidade d'ella não era grande, pois bastava abrir um novo cano, para que as aguas represadas em frente da muralha tivessem vasão ficando o transito mais desafogado.

Outro documento datado de 1685 (*Elementos*, I, pag. 553) descreve-nos a rede dos canos fóra e dentro da muralha:

«Cano do chafariz d'Arroyos—O cano real que toma as aguas do chafariz d'Arroyos, e vem até á egreja dos Anjos, e abaixo do chafariz se mette por entre as hortas, e vem á rua dos Canos e por

¹ Esta palavra é aparentada com *charco* e *encharcar*, que exprimem a noção de humidade.

dentro do mosteiro de S. Domingos vem sair á Bitesga, e vae por baixo das casas da rua da praça da Palha.» Só portanto d'aqui e de uma certa epoca em deante, é que as aguas de Arroios passavam a ter o seu percurso subterraneamente.

Por outros documentos mais antigos depreheende-se que as aguas de Arroios, depois de sairem da rua dos Canos, atravessavam os terrenos do convento de S. Domingos (almoinhas primitivamente) onde depois se fundou o Hospital de Todos-os-Santos, e agora é a Praça da Figueira, passavam talvez pela Rua Nova de El-rei ou Rua Nova de Cano, aberta no tempo de D. Affonso V em cano e iam descarregar na Ribeira. Não será talvez êrro, porém, acreditar que o rego tinha curso independente das aguas vindas da Avenida.

Havia ainda os seguintes canos parciaes:

Cano da rua da Mouraria.—«Pela rua da Mouraria vem um cano que terá trez palmos em quadro, e vem metter-se no cano real, que vem do Campo da Forca¹ e do chafariz d'Arroyos».

Cano da rua dos Cavalleiros.—«O cano que vem pela rua dos Cavalleiros, e se mette neste cano acima não lhe pude saber o principio, etc.».

Cano do rua do Capellão.—«Pella rua do Capellão abaixo, que por outro nome se chama a rua Suja, que vam do mosteiro de Santo Antão² dos frades da Graça, e se vem metter neste cano da Mouraria, etc.» De tudo o referido se collige que as aguas que corriam no valle limpidas nos tempos dos romanos, dos arabes e nos primeiros seculos de Portugal se foram alterando gradualmente a começar pela parte inferior do seu curso, em virtude dos aterros prepositados e da dissolução effectuada pelas chuvas nos monturos existentes nas proximidades do rego, que provavelmente podia emparelhar pelo aceio com um outro rego das immundicies, proximo dos banhos de Morraz (anno de 1389, perg. 314 de Santos), pelos sitios do canal de Flandres, assim denominado em 1321 (Santos, n.º 303)³.

(Continúa).

PEDRO A. DE AZEVEDO.

¹ Actual Campo de Santa Barbara.

² O Colleginho, primeiro local onde se estabeleceram os jesuitas, era a mesquita da mouraria.

³ Ultimamente tem sido explorados os canos de Lisboa por pessoas mais competentes, do que as que os frequentavam por dever de officio ou por interesse. Nalguns sitios encontram-se vestigios de edificações que só um estudo mais completo poderá explicar. Desgraçadamente as posses e modo de pensar da Camara de Lisboa não permitem julgar que lhes ligue qualquer interesse archeologico